

Um Panorama Histórico do Processo de Inclusão das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho

A Historical Overview of the Process of Inclusion of People with Disabilities in the Labor Market

Una visión histórica del proceso de inclusión de las personas con discapacidad en el mercado laboral

Recebido: 16/10/2019 | Revisado: 20/10/2019 | Aceito: 21/10/2019 | Publicado: 29/10/2019

Roseane Barroso Franco

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0549-9026>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: rose@letras.ufrj.br

Artur Maciel de Oliveira Neto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7063-2204>

Centro Estadual de Capacitação de Educadores e Atendimento ao Surdo, Brasil

E-mail: oliveiraneto.a.m@gmail.com

Resumo

O trabalho apresentado trata sobre uma temática atual, que é a pessoa com deficiência no mercado de trabalho, tendo como objetivo principal analisar a relação da pessoa com deficiência acerca de sua inserção no mercado de trabalho brasileiro. O objetivo está em consonância com a problemática central da exclusão, e que segundo os dados governamentais, há um número significativo de pessoas com deficiência que estão excluídas do processo do trabalho, ou seja, tem sua formação do sujeito deficitária. A reserva de vagas no mercado de trabalho para Pessoa com Deficiência é lei e representa uma vitória na conquista dos direitos. Entretanto, o processo de contratação das pessoas com deficiência na maioria das vezes trata-se de mera integração, o que não garante seu desenvolvimento como cidadão. Esta pesquisa, de caráter documental, analisou o percurso histórico da pessoa com deficiência acerca de sua inserção no mercado de trabalho ao longo da história. A investigação desenvolver-se-á em quatro fases, nos quais utilizaremos os seguintes instrumentos: análise documental, observação (livre e dirigida), entrevista semiestruturada e questionário objetivo. A técnica de análise de conteúdo orientará a organização e discussão do material recolhido na primeira e na segunda fase do estudo. Neste artigo apresentaremos os dados da primeira fase. O estudo

oferece possibilidades de reflexão sobre o processo de inserção das pessoas com deficiência nas organizações.

Palavras-chave: Direito; Igualdade; Pessoas com Deficiência.

Abstract

The paper presented deals with a current theme, which is the person with disabilities in the labor market, having as main objective to analyze the relationship of the person with disabilities about their insertion in the Brazilian labor market. The objective is in line with the central problem of exclusion, and according to government data, there are a significant number of people with disabilities who are excluded from the work process, that is, they have their formation of the deficient subject. Reserving vacancies in the job market for people with disabilities is a law and represents a victory in the achievement of rights. However, the process of hiring people with disabilities is often a matter of mere integration, which does not guarantee their development as a citizen. This documentary research analyzed the historical path of people with disabilities about their insertion in the labor market throughout history. The research will be developed in four phases, in which we will use the following instruments: document analysis, observation (free and directed), semi-structured interview and objective questionnaire. The content analysis technique will guide the organization and discussion of the material collected in the first and second phase of the study. In this article we will present the data from the first phase. The study offers possibilities for reflection on the process of insertion of people with disabilities in organizations.

Keywords: Law; Equality; Disabled people.

Resumen

El documento presentado aborda un tema actual, que es la persona con discapacidad en el mercado laboral, cuyo objetivo principal es analizar la relación de la persona con discapacidad con respecto a su inserción en el mercado laboral brasileño. El objetivo está en línea con el problema central de la exclusión y, según datos del gobierno, hay un número significativo de personas con discapacidad que están excluidas del proceso de trabajo, es decir, su formación del sujeto deficiente. La reserva de vacantes en el mercado laboral para personas con discapacidad es ley y representa una victoria en la conquista de los derechos. Sin embargo, el proceso de contratación de personas con discapacidad es a menudo una cuestión de mera integración, que no garantiza su desarrollo como ciudadano. Esta investigación documental analizó la trayectoria histórica de las personas con discapacidad sobre su

inserción en el mercado laboral a lo largo de la historia. La investigación se desarrollará en cuatro fases, en las cuales utilizaremos los siguientes instrumentos: análisis de documentos, observación (libre y dirigida), entrevista semiestructurada y cuestionario objetivo. La técnica de análisis de contenido guiará la organización y discusión del material recolectado en la primera y segunda fase del estudio. En este artículo presentaremos los datos de la primera fase. El estudio ofrece posibilidades de reflexión sobre el proceso de inserción de personas con discapacidad en las organizaciones.

Palabras clave: Derecho; Igualdad; Personas con deficiencia.

1. Introdução

A palavra deficiência é entendida como ausência, defeito. Assim por muitos anos ser uma pessoa com deficiência era sinônimo de exclusão de todo o âmbito social, inclusive da tão importante vida profissional. Entendia-se que a pessoa que tinha algum tipo de deficiência era incapaz de exercer qualquer tipo de atividade. Trabalhar é um dos direitos mais importantes da vida do ser humano, é através dele que nos inserimos na sociedade. O conceito de trabalho passou por inúmeras transformações até a inclusão da Pessoa com Deficiência (PcD) por isso neste estudo tentamos responder a seguinte problemática: Como ocorreu o processo de inclusão de pessoas com deficiência ao longo da história nas organizações empresariais?, tomando por base o objetivo principal que é analisar a relação da pessoa com deficiência acerca de sua inserção no mercado de trabalho brasileiro.

O trabalho foi, e ainda é a maneira que o homem encontrou para satisfazer suas necessidades. As dificuldades e os preconceitos encontrados pela pessoa com deficiência para se inserir no mercado de trabalho causam grande impacto na construção de sua identidade social e pessoal. Portanto, a pesquisa se justifica no contexto de que a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho é importante para sua inclusão social, para o aumento de sua autoestima, contribuindo assim para uma independência e maior possibilidade de expectativa de vida. Esta pesquisa, cujo olhar se debruçou sobre os obstáculos enfrentados pelas pessoas com deficiência no que tange a empregabilidade delas ao longo da história, tem sua relevância por apresentar a distância entre os discursos inclusivos e as práticas reais dos segmentos envolvidos no processo de formação para o trabalho, e do recrutamento e seleção.

2. Metodologia

Este item apresenta o aporte metodológico adotado, tendo sido explicitados a abordagem de pesquisa escolhida e os instrumentos de investigação. Constam, também, informações referentes à escolha do objeto de investigação, ao grupo pesquisado e aos procedimentos de análise. Em decorrência da própria natureza do objeto de pesquisa, que é a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho brasileiro, seja esse mercado público ou de iniciativa privado. Utilizamos dos seguintes métodos, exploratório, quantitativo e qualitativo para alcançarmos nosso objetivo de analisar a relação da pessoa com deficiência acerca de sua inserção no mercado de trabalho brasileiro. As pesquisas foram realizadas também em livros, revistas, periódicos, cartilhas e sites de órgãos oficiais do governo, nos quais analisamos as informações dos documentos dos órgãos responsáveis pelo Trabalho.

Documentos esses que segundo Albuquerque (2014) são registros escritos que oferecem informações em prol da compreensão de fatos e relações, isto é, possibilitam o conhecimento de ações e/ou situações vivenciadas em determinado período, reconstruindo seus antecedentes, uma vez que revelam aspectos de determinados grupos sociais em um tempo.

Quanto à forma metodológica quantitativa, deseja-se coletar informações oriundas das empresas públicas e privadas no Brasil que possuam ou não colaboradores deficientes, e que possua um quadro de funcionários superior a quinhentos colaboradores. A partir destes levantamentos informativos, almeja-se identificar as maiores dificuldades para inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

3. O Percorso Histórico da Pessoa com Deficiência

As pessoas com deficiência, no decorrer dos séculos, foram concebidas e tratadas com atitudes de discriminação e estigmas. Ou seja, foram rejeitadas e eliminadas sumariamente ou foram tratadas de forma assistencialista e piedosa. Na Pré-História os cidadãos com deficiência eram eliminados, porque a sociedade os via como um impedimento à sobrevivência grupal. O nomadismo fazia com que a comunidade deixasse para trás o indivíduo com deficiência. Na Idade Antiga, as pessoas que possuíam deficiência eram exterminadas, pois segundo Bianchetti (1995) eles eram relacionados a seres sobrenaturais, incrustados de males.

Da mesma forma na Cidade Estado de Esparta (Grécia), os bebês e as pessoas que adquiriam alguma deficiência eram lançados ao mar ou em precipícios, tal prática era

influenciada por pensadores como Platão que, em seu livro a República, pregava a eugenia, pois acreditava que a ciência médica deveria ser prioridade dos nascidos “perfeitos”. “Para os filhos dos indivíduos inferiores e mesmo os dos outros que tenham alguma deformidade, serão levados a paradeiro desconhecido e secreto.” (Platão, 1997, p.163).

Conforme relato de Licurgo de Plutarco apud Silva (1986), o pai de qualquer recém-nascido das famílias conhecidas como *homoio* deveria apresentar seu filho a um Conselho de Espartanos. Se essa comissão de sábios avaliasse que o bebê era normal e forte, ele era devolvido ao pai, que tinha a obrigação de cuidá-lo até os sete anos; depois, o Estado tomava para si esta responsabilidade e dirigia a educação da criança para a arte de guerrear.

No entanto, se a criança apresenta-se qualquer variação do padrão anatômico, os anciãos ficavam com a criança e, em nome do Estado, a levavam para um local conhecido como *Apothetai*, “pois tinham a opinião de que não era bom nem para a criança nem para a república que ela vivesse, visto que, desde o nascimento, não se mostrava bem constituída para ser forte, sã e rija durante toda a vida” (Licurgo de Plutarco Apud Silva, 1986, p. 105). Segundo o mesmo autor na Cidade Estado de Atenas, Grécia, os deficientes eram amparados e protegidos pela sociedade, ação essa motivada pela influência de Aristóteles que defendia que “tratar os desiguais de maneira igual constitui-se em injustiça” (Rothenburg, 2003.)

Com o aumento da população nos séculos XVI e XVII, surgem os abrigos distantes dos centros urbanos e com um caráter meramente assistencial. Neles eram enclausurados todos aqueles que se desviavam do padrão estabelecido pela sociedade, nesse contexto as famílias começam a esconder seus membros da sociedade, isolando-os no fundo de suas residências. Segundo Santos (2010), com o advento do Renascimento as deficiências passaram a serem vistas como causa de fatores externos, mas dentro do próprio homem, que agora é considerado o centro de tudo.

Entendia-se que a deficiência resultava de uma disfunção, um defeito natural. Por isso as pessoas que possuíam algum tipo de deficiência tornaram-se objetos de estudo, uma experiência de laboratório, essa ação fazia parte da política de limpeza social, já que as cidades ficavam livres destes “seres” considerados doentes. Segundo Oliveira (2006) o processo de integração social das pessoas com deficiência só tem início nos séculos XVII e XVIII. Com a Revolução Industrial e o aumento dos acidentes de trabalho, intensificaram-se os esforços envidados nos processos de habilitação e reabilitação das pessoas.

Já no século XIX, Ford desenvolve uma relação laboral com as pessoas com deficiência a fim de explorá-las. Segundo Bianchetti (1995) Henry Ford em sua autobiografia registrou que das 7.882 tarefas especializadas, 949 exigiam “**homens fortes, fisicamente hábeis e praticamente homens perfeitos**”. 3.338 tarefas precisavam de homens de força física apenas “**comum**”, a maioria do resto podia ser realizada por “**mulheres ou crianças crescidas**” e, continuava friamente, verificamos que 670 tarefas podiam ser preenchidas por homens sem pernas, 2.637 por homens com uma perna só, duas por homens sem braço, 715 por homens com um braço só e 10 por homens cegos (Grifo nosso). Ainda segundo Bianchetti (1995) a tarefa especializada não exigia um homem inteiro, mas apenas uma parte. Nunca foi apresentada uma forma mais vívida do quanto à superespecialização pode ser tão brutalizante.

O século XX é marcado por intensas mudanças na forma de se perceber o deficiente, por alguns fatos históricos como a 1ª Grande Guerra, que mutilou muitos cidadãos, os quais deveriam ser integrados à sociedade, a criação da Organização Internacional do Trabalho – OIT, em 1919, a 2ª Guerra Mundial e a Guerra do Vietnã. O resultado dessas guerras conforme Sasaki (2006) foi uma sociedade mais reflexiva que buscava a dignidade de seus pares e dizia não aos horrores da Alemanha Nazista que eliminava as pessoas com deficiência, através de um processo eugênico.

A partir de 1970 a integração passou a ocorrer de forma mais agregada e ordenada, vale lembrar que foi a partir desta década que muitas declarações surgiram como a Declaração dos Deficientes Mentais e a Organização das Nações Unidas – ONU, Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (1975). A Organização Mundial de Saúde (OMS) publicou a Classificação Internacional de Impedimentos, Deficiências e Incapacidades (CIDID), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou, em 1983, a Convenção nº159, ratificada pelo Brasil em 1991, que defende a reabilitação como forma de inserção da pessoa com deficiência em sociedade.

Assis & Pozzoli (2005) defendem que a ONU entende que os governos devem ser os primeiros a despertar a consciência da população quanto aos benefícios que seriam alcançados com a inclusão das pessoas com deficiência em todas as esferas da vida social, econômica e política. Afirmando ainda que os governos devem cuidar também para que as pessoas que estão em situação de dependência devido a deficiências graves tenham oportunidade de alcançar níveis de vida iguais aos dos seus concidadãos.

Em consonância as conquistas no século XX o novo milênio traz vários vislumbres dos direitos das pessoas com deficientes como a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da ONU, ratificado pelo Brasil, em 2008, por meio do Decreto Legislativo nº 186. Destacamos aqui a criação da OIT, por sua importância benéfica na história da pessoa deficiente. O trabalho existe desde o começo da civilização, foi através dele que os homens encontraram uma forma como suprir suas necessidades. Hegel define o conceito de trabalho como: "trabalho é o processo de mediação de carecimentos particulares com meios também particulares, que especifica, com vista a estes fins múltiplos e pelos mais diversos processos, o material fornecido pela natureza".

Apesar dessa visão do conceito de trabalho a OIT vem reforçar a inclusão dos deficientes, pois em sua Convenção 159 recomenda aos países membros que considerem que “o objetivo da readaptação profissional é permitir que pessoas portadoras de deficiência consigam e mantenham um emprego conveniente, progridam profissionalmente e, por conseguinte, facilitar sua inserção ou sua reinserção na sociedade” (OIT, 1983).

Segundo Oliveira (2006), “a história do trabalho começou quando o homem procurou meios de satisfazer suas necessidades”, assim, o trabalho irá refletir em várias áreas da vida do homem, até mesmo em sua relação social com outros homens. Através do trabalho o homem encontra uma forma de suprir as suas necessidades básicas e incluir-se na sociedade.

4. O Percorso Histórico da Pessoa com Deficiência o Brasil

A trajetória histórica das pessoas com deficiência no Brasil foi marcado por uma fase inicial de eliminação e exclusão, passando-se por um período segundo Gugel (2007) de integração parcial no qual por meio do Decreto Imperial nº. 1.428, de 12 de Setembro de 1854, Dom Pedro II, criou o Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant. E em 1857, cria o Instituto de Surdos Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Estas fases deixaram marcas e uma enorme rotulagem no que diz respeito às pessoas com deficiência, muitas vezes tidas como incapazes e/ou doentes crônicos. De acordo com Figueira (2008):

Se até aqui a pessoa com deficiência caminhou em silêncio, excluída ou segregada em entidades, a partir de 1981 – Ano Internacional da Pessoa Deficiente -, tomando consciência de si, passou a se organizar politicamente. E, como consequência, a ser notada na sociedade, atingindo significativas conquistas em pouco mais de 25 anos de militância. (Figueira, 2008, p. 115). No final do século XX e início do século XXI vivemos três fases importantes no

processo de inclusão da Pessoa com Deficiência no meio educacional. Essas fases foram as seguintes: A fase de Integração trata-se de um processo que visa integrar o aluno à escola, gerando meios para que o aluno com deficiência se integre graças ao atendimento que lhe é oferecido; nesse modelo, ao invés da escola ter que se adaptar ao aluno, é o aluno que deve adaptar-se à escola. Segundo Glat (1995), a integração “é um processo espontâneo e subjetivo, que envolve direta e pessoalmente o relacionamento entre seres humanos”. Na opinião de Rodrigues (2003), “a integração pressupõe uma ‘participação tutelada’, uma estrutura com valores próprios aos quais o aluno ‘integrado’ se tem que adaptar”. Nesse modelo nega-se a questão da diferença; o aluno com deficiência é inserido no ambiente escolar como qualquer outro, sem consideração quanto a possíveis diferenças existentes para seu desenvolvimento no processo de aprendizagem.

A segunda fase surge na década de 1970 nos países escandinavos, e ficou conhecida como normalização. Dentro da filosofia da normalização o conceito de deficiência estático e permanente cedeu lugar a uma visão mais dinâmica e humanística da deficiência. Segundo o Pereira (2004), é um princípio que representa a base filosófico-ideológica da integração. Uma das consequências fundamentais da normalização é a integração. Segundo Mantoan (2002), a normalização visa tornar acessível às pessoas socialmente desvalorizadas às condições e os modelos de vida análogos aos que são disponíveis, de modo geral, ao conjunto de pessoas de um dado meio ou sociedade. A ideia é oferecer às pessoas com deficiências condições de vida semelhantes à do resto da sociedade. A normalização se refere às condições do ambiente no qual vivem as pessoas com deficiências, que deverá ser semelhante ao das pessoas em geral, e não à normalização da pessoa com deficiência.

A educação de alunos com deficiência, que tradicionalmente se pautava num modelo de atendimento segregado, tem se voltado nas últimas duas décadas para a Educação Inclusiva. A inclusão é por tanto a última fase a ser analisada nesse percurso histórico. Segundo Stainback e Stainback (1999), a educação inclusiva pode ser definida como “a prática da inclusão de todos” em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas. Tanto as escolas quanto as empresas, de maneira geral, não foram planejadas para acolher a diversidade de indivíduos, mas para a padronização, para atingir os objetivos. O cerne da inclusão está nas questões de estrutura e de funcionamento que subvertem seus paradigmas e que implicam um redimensionamento de seu papel.

O conceito de Inclusão no âmbito empresarial implica, antes de mais, rejeitar por princípio a exclusão de qualquer colaborador. Para isso, a empresa que pretende seguir uma política Inclusiva, desenvolver políticas, culturas e práticas que valorizam a socialização e a construção de um conhecimento partilhado e, dessa forma, atingir um estágio sociocultural sem discriminação.

5 Considerações Finais

O trabalho tem um papel vital na constituição da concepção de sujeito independente da pessoa ter ou não deficiência, pois o trabalho é um dos meios o qual o homem se sente pertencente ao seu grupo e como sujeito, produto e produtor da história. Ao analisarmos o contexto histórico, percebemos claramente uma trajetória de superação da invisibilidade social e luta por uma cidadania, estes dois fatores caracterizam o caminhar resiliente das pessoas com deficiência.

As pessoas com deficiência foram rejeitadas sumariamente em diferentes sociedades e culturas ao longo dos séculos, eram tidos como ‘inválidas’ ou ‘incapazes’. Após o Ano Internacional da Pessoa Deficiente declarado pela ONU, as PcD passaram a assumir o papel de sujeito nos diversos debates sobre os direitos dos mesmos.

Se avançamos no aspecto histórico-cultural, poderemos perceber que alguns aspectos referentes a inclusão da PcD continuam inalterados, tais como: Acessibilidade precária; Permanência de estereótipos e preconceitos; Apatia na formação profissional; Questões culturais e próprias à temática da deficiência, entre outras. Em síntese, se for possível avançarmos nas áreas aqui mencionadas, fundamentalmente tendo a participação direta das próprias pessoas com deficiência nas discussões que lhes dizem respeito, a tendência será um aumento deste grupo no mercado de trabalho formal. Essa conquista constituirá uma fase importante para conclusão do processo histórico de luta pela cidadania das pessoas com deficiência no Mundo.

Ao concluirmos este estudo verificamos que algumas instituições ainda não estão preparadas para a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, pois contratam apenas pela obrigatoriedade da lei. Apesar de lento, esse é um grande marco para a inclusão, e caracteriza uma nova postura para as demandas de trabalho. Outra conclusão percebida foi a carência das instituições quando contratam os profissionais com deficiência. A formação técnica-científica é um grande desafio para os gestores. Existe ainda uma grande necessidade de investimento no setor educacional, para que se obtenham profissionais qualificados.

Percebemos ainda no olhar do gestor sua falta de preparo para a demanda do diferente, exigindo ainda o melhor e o padrão está na perfeição. Alguns gestores que conviviam há mais tempo com pessoas com deficiência estavam abertas a ver com progressão este momento vivido, porém, muitos ainda disfarçam o olhar. Busca-se a excelência no trabalho, e disfarçam-se os defeitos e mostram-se as qualidades. Mas, quando se depara com alguém que possui algo que marca uma referência própria, o ser humano se defende com a indiferença. Não é fácil negar nossa impossibilidade de aceitar o diferente.

No decorrer do presente estudo mostramos que a relação com o trabalho está no centro da problemática da exclusão. A análise dos gráficos apresentados neste estudo denota que os mecanismos as pessoas com deficiência têm buscado superar um passado de discriminação, buscando um aperfeiçoamento cada vez maior nos centros acadêmicos. Apesar de muitas vezes a contratação ocorre geralmente pela força da legislação, legislação essa que gradativamente tem inserido as pessoas com deficiência no convívio social. Contudo, ainda há entraves para manter as vagas ou mesmo garantir a promoção das pessoas com deficiência. Deste modo, esta pesquisa foi de singular riqueza para os pesquisadores, tanto no que tange o crescimento profissional como no acadêmico. Há muitos avanços no mercado de trabalho e existem muitos momentos importantes na inclusão, quando percebemos que a relação de trabalho entre colegas está enriquecendo a conduta social, e estimulando o encontro com o diferente. Isto se organiza em um contexto de respeito mútuo, no qual o olhar se dirige as possibilidades e não nas limitações. Por isso ressaltamos que as pessoas com deficiência que trabalham não devem ser consideradas super-heróis e as empresas que assumem o programa de inclusão não são beneméritas, pois estes adjetivos funcionam como estigmas e idealizam a realidade.

Referências

Assis, O.Q. & Pozzoli, L. (2005). *Pessoa portadora de deficiência: direitos e garantias*. 2ª ed. São Paulo: Damásio de Jesus.

Ashley, P.A., Coutinho, R.B.G. & Tomei, P.A. (2000). *Responsabilidade social corporativa e cidadania empresarial: uma análise conceitual comparativa*. (Autores, esta informação está incompleta, se é um evento do ANPAD, qual é esse evento?). Florianópolis: ANPAD.

Bardin, L. (1997). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bianchetti, L. (1995). *Aspectos Históricos da Educação Especial*. In: Revista Brasileira de Educação Especial, 03(09): 12-24.

Carmo, P. S. (2012). A ideologia do trabalho. São Paulo, Editora Moderna.

Cunha, A. H. G. da. (2017). Superação dos impasses filosóficos e científicos no rumo civilizatório. Foz do Iguaçu: Pluri-Uni Ed.

Diniz, D. (2007). O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense.

Figueira, E. (2008). Caminhando em Silêncio – Uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na História do Brasil. São Paulo: Giz Editora.

Fonseca, R. T. M. da. (2006). O trabalho da pessoa com deficiência e a lapidação dos direitos humanos: o direito do trabalho uma ação afirmativa. São Paulo: LTr.

Hegel, G. W. F.. (1992). Filosofia do Direito. Lisboa: Guimarães Editora.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Roseane Barroso Franco – 50%

Artur Maciel de Oliveira Neto – 50%